

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ, APEP-POÁ

Edição nº02/2022-Março

ASSEMBLEIA DA CATEGORIA DECIDE:

INJUSTIFICADA PARA JUSTIFICAR NOSSA INDIGNAÇÃO



Educadores atenderam ao chamado da APEP e decidiram PARALISAR as atividades na próxima terça-feira, 22/03, com realização de ATO em frente ao Paço Municipal a partir das 15 horas com passeata/carreata até à Câmara Municipal para acompanhar a votação do PL 27/2022 que trata do retorno do Vale Alimentação.

CATEGORIA RECHAÇA PROPOSTA DO GOVERNO SOBRE O RETORNO DO VALE ALIMENTAÇÃO E DEFINE CALENDÁRIO DE LUTAS

Convocadas extarordinariamente pela APEP para uma assembleia virtual na data de hoje, 17 de março, profissionais em educação de Poá decidiram em conjunto rejeitar a proposta encaminhada pelo governo à Câmara Municipal e **PARALISAR** as atividades na próxima terça-feira, 22 de março, realizando ATO com **MANIFESTAÇÃO** em frente ao Paço Municipal a partir das 15 horas e na sequência seguir em passeata/carreata até à Câmara Municipal para pressionar os vereadores a não aprovarem o PL 27/2022 que propõe a volta da metade do valor do Vale Alimentação (R\$200,00) somente aos servidores com remuneração bruta de até R\$3000,00.

O Professor Franklin, presidente da entidade iniciou a reunião fazendo um resumo das tratativas com o governo sobre a possibilidade de uma reunião acordada pelo Secretário de Governo, Marcio Borzani, em janeiro que até o momento não se concretizou. Na sequência, após votarem pela não aceitação da proposta do retorno do Vale Alimentação nas condições apresentadas, deliberaram pelo ATO com PARALISAÇÃO como forma de pressão e indignação a condução do executivo ao longo desses 14 meses de governo.

PL 27/2022 É UM DESRESPEITO AOS SERVIDORES E CONTRADIZ A PRÓPRIA LEI 4166/2021 APROVADA PELO GOVERNO NO ANO PASSADO

Em 2021, a APEP em conjunto com diversas outras entidades do funcionalismo, reuniu centenas de servidores contra a aprovação do PL26/2021 (hoje lei 4166/2021) e mesmo não conseguindo sensibilizar os vereadores, conseguimos

arrancar a concessão de uma cesta básica no valor de R\$177,00 aos servidores com remuneração bruta de até R\$1800,00 e fazer com que o governo incluísse no projeto de lei à época dispositivo que condicionaria à suspensão do benefício até que o limite com despesas de pessoal retornasse ao patamar vigente na legislação (abaixo dos 54%).

Pois bem, em janeiro de 2022 o Governo publicou no Diário Oficial da cidade os balancetes de 2021 da arrecadação e gastos do governo, na qual a folha de pagamento chegou ao patamar de 53% no ano de 2021. Obviamente que a APEP dirigiu-se imediatamente ao Paço Municipal e tendo conversado com o Secretário de Governo, Márcio Borzani, ficou acordada uma reunião posterior, pois conforme afirmação do próprio secretário (vídeo se encontra na página da APEP no facebook) o executivo já estava estudando o retorno do Vale Alimentação a ser oportunamente divulgado. Deixamos claro ao secretário que o valor de R\$400,00 foi fruto de negociação com a gestão anterior justamente pela falta de reajustes devido a crise do ISS e que o aumento no benefício foi primordial para não decair o poder aquisitivo daqueles com menor remuneração em detrimento dos com maiores salários, fato este que a prefeita não se atentou ao suspender o benefício prejudicando, principalmente esses servidores. Ainda enfatizamos a previsão concretizada da APEP para arrecadação superior em 30 milhões no ano de 2021, valor este capaz de garantir o pagamento integral do vale alimentação a todos os servidores por 02 anos e meio.

A reunião obviamente não aconteceu e o PL 27/2022 é encaminhado contrariando a própria Lei 4166 aprovada, e os argumentos levantados pela APEP.

PL 27/2022 SÓ ATINGIRÁ CERCA DE 10% DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Com cerca de quase 1400 funcionários, o possível retorno do Vale Alimentação nos moldes apresentados pelo governo não contempla a ampla maioria dos servidores ligados à educação. Isso porque boa parte do quadro de apoio à educação recebe

remuneração inferior a R\$1800,00 e já conta com pouco mais de R\$177,00 pagos diretamente na folha de pagamento (cesta básica). Caso haja a aprovação do PL 27/2022, esses servidores passariam a receber os R\$200,00 propostos, mas deixariam de ter os R\$177,00 recebidos atualmente. Ou seja, na prática, passarão a receber um pouco mais de R\$20,00 do que recebem atualmente. Já os professores e gestores não seriam contemplados, uma vez que os seus vencimentos brutos ultrapassam o teto de R\$3000,00 estabelecido no PL. Vale lembrar que a categoria, com a inflação descontrolada, já amarga perdas salariais na ordem de 20%, passaram quase 02 anos com as carreiras congeladas, sem incidência de dispositivos de reajuste por tempo e mérito (adicionais, progressões e evoluções) e que com certeza, mesmo sem nenhuma parcela de culpa, já contribuiu para com a crise servindo de forma honrosa toda a população nesse momento delicado.

GOVERNO INICIA 2022 COM ARRECADAÇÃO SUPERIOR AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR

Nesses primeiros dois meses de arrecadação (janeiro/fevereiro), a prefeitura já superou em 7% o valor arrecadado no mesmo período do ano passado. Se esse percentual prosseguir a estimativa é que a arrecadação desse ano ultrapasse em mais de 20 milhões o que foi projetado. No entanto as lamúrias em torno das dificuldades financeiras permanecessem por parte da prefeita e sua equipe. Subestimam a inteligência e capacidade dos servidores, enquanto apadrinhados são rotineiramente ligados ao quadro de funcionários. A ousadia é tanta que em participação em programa de entrevista na Web Tv Estância, transmitida pelo facebook em 16 de março, o Vice-Prefeito da cidade em companhia da prefeita Marcia Bin, diz estar aberto ao diálogo e a receber sugestões das pessoas, que segundo ele, criticam sem fundamento. Ora Senhor Geraldo, se de fato o senhor se importasse em dialogar e receber sugestões para o enfrentamento em conjunto da crise abriria diálogo imediatamente com esta entidade. Contraditório, não!?

APEP REALIZOU PLENARIA VIRTUAL COM OS EDUCADORES E APROVOU POR UNANIMIDADE PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2022

No início de março, aguardando a promessa do governo sobre a instauração de uma mesa de diálogo, profissionais em educação foram convocados pela APEP e apresentaram diversas demandas que foram debatidas e aprovadas em Plenária Virtual para composição da nossa Pauta de Reivindicações 2022, já entregue ao governo que até o momento não deu seu parecer a nenhum dos itens contidos na pauta. Vale lembrar que um dos tópicos da Pauta é a revogação imediata da Lei 4166/2021 para que haja o retorno do Vale Alimentação e de outros direitos estatutários suprimidos com a sanção e vigoração da lei.

VEM COM A GENTE!

**ATO E MANIFESTAÇÃO COM PARALISAÇÃO
(Injustificada para justificar nossa indignação!!!)**

DIA 22/03/2022 ÀS 15 HORAS EM FRENTE AO PAÇO MUNICIPAL

APÓS SEGUIREMOS ATÉ À CÂMARA MUNICIPAL

APEP, ÉTICA, COMPROMISSO E LUTA!!!

À DIRETORIA

**FRANKLIN VALDEMAR DO NASCIMENTO
PRESIDENTE**